

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2022

DISPENSA 02/2022

EDITAL

I – ASPECTOS PRELIMINARES DO CASO EM APREÇO

Aportou-se neste departamento processo administrativo nº **10/2022**, com pedido formulado pela Secretaria Municipal de OBRAS, com objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE UMA CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X2 PARA ATENDER AS NCESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.**

Passamos a analisar as razões de fato e de direito concernentes ao processo supracitado em caráter de urgência, o que faremos com espede no **artigo 24, V**, da Lei Federal nº 8.666/93.

Por outro lado, é de se esclarecer que no ordenamento jurídico pátrio, a Lei nº 8.666/93, veicula normas gerais sobre licitação e contratos administrativos, em direta filiação ao que prevê o Art. 37, inciso XXI da CRFB.

Assim, verifica-se por essas breves linhas, que a licitação possui dupla finalidade, ou seja, ao mesmo passo em que objetiva a vantajosidade na seleção de propostas, visa também atingir tal desiderato obedecendo plenamente o tratamento isonômico entre concorrentes.

II – EXCEÇÕES AO DEVER DE LICITAR: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

A despeito da regra geral acima tratada, a legislação brasileira em determinados casos faculta ao administrador Público a realização ou não do procedimento licitatório, haja vista razões de relevante interesse público e/ou outras circunstâncias expressamente contempladas pela lei como ensejadoras de dispensa ou inexigibilidade.

Nesse caso específico, haverá dispensa de licitação em casos expressos previstos no art. 24 e incisos da Lei nº 8.666/93.

Veja-se que o procedimento licitatório é a regra. Mas ocorre casos especificados no rol taxativo do artigo supra citado, que a Administração Pública está legalmente autorizada a adotar outro

procedimento, em que formalidades são suprimidas ou substituídas por outras, visando não frustrar a realização adequada das funções estatais.

Registre-se, por oportuno, que o próprio legislador ordinário determinou as hipóteses em que é cabível a dispensa de procedimento licitatório regular, não tratando-se, pois, de mera discricionariedade atribuída ao Administrador Público.

III – DOM AMPARO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O fundamento legal da dispensa de licitação em de processo ter sido fracassado as tentativas de licitar, conforme prevista no artigo **Artigo 70 da Constituição Federal de 1988 e Artigo 24 Inciso V** da lei 8.666/93, que menciona o seguinte:

Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas; *verbis* Art. 24 incis (...).

A dispensa de licitação só pode ocorrer se, de forma justificada, o órgão comprovar que repetir a licitação traria prejuízos, ou seja, republicar o edital não seria benéfico para a Administração.

Além disso, devem ser mantidas todas as condições preestabelecidas, quais sejam, de habilitação e do objeto da licitação.

Neste caso, é possível que o órgão busque diretamente uma empresa e firme um contrato por meio de dispensa de licitação.

Trata-se, como se vê, de autorização legal para que, desde que observados os requisitos fixados no dispositivo, o gestor possa deixar de instaurar a licitação e contratar diretamente compras e serviços gerais para a Administração.

Ocorre que, se por um lado um dos requisitos de tal modalidade de dispensa é de natureza objetiva, de fácil percepção, porque se expressa no valor do contrato a ser firmado, de outro o intérprete se depara com um requisito de equacionamento complicado, de conteúdo aberto, dado que a lei não fixa adequadamente o que o venha a ser serviço ou compra que possa ser realizada de uma só vez, sendo esse, pois, o aspecto que se pretende discorrer no presente artigo.

Não constituir a despesa parcela de uma outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Como sinalado acima, o primeiro requisito não ostenta maiores dúvidas, posto ser de natureza objetiva, de fácil percepção.

IV – DA ESCOLHA DO PRESTADOR

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

A escolha do prestador ser deu de forma a preservar o princípio da economicidade isonomia e moralidade e probidade administrativa, Conforme demonstra no processo foi realizado três orçamentos pesquisa de mercado, e obteve o seguintes o preço médio de referência descrição e itens de série com as especificações de acordo com o que segue:

Veículo automotor zero km tipo caminhonete 4x4 cabine dupla, combustível a diesel, câmbio automático, cor branca, pintura sólida, 04 portas (mais a carroceria traseira) incluindo o primeiro emplacamento.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS: - Veículo automotor zero km tipo caminhonete 4x4 cabine dupla, diesel, câmbio automático, 04 portas (mais a da carroceria traseira) com no mínimo 5 lugares (incluindo motorista e passageiros); - Fabricação Nacional / Mercosul; - Combustível diesel; - Tanque de combustível de no mínimo 70 litros; - Garantia de fábrica mínima 01 ano; - Tração traseira; - Mínimo de 170 CV; - Rodas liga leve com aro mínimo de 16”; - Caixa de câmbio automático de 06 (seis) marchas à frente; - Direção assistida; - Regulagem do volante, altura e profundidade; - Sistema ABS (antibloqueio de freios); - Airbags frontais; - Tapetes; - Banco do motorista com regulagem de encosto, distância, altura e os demais com regulagem de distância, inclinação do encosto; - Cintos de segurança de pré-tensionadores com três pontos; - Encosto de cabeça para todos os ocupantes, com ajuste de altura; - Cor branca - Pintura sólida; - Ano de fabricação/modelo no mínimo 2022/2022; - Carroceria com protetor de caçamba; - Capota marítima; - Estribo laterais; - Suspensão traseira com feixe de molas; - Controle de estabilidade; - Capacidade mínima de carga 1.000kg - Ar condicionado; - Controle

elétrico dos vidros nas quatro portas; - Trava elétrica nas quatro portas; - Ajuste elétrico do retrovisor; - Kit multimídia completo com alto falantes e tweeter nas portas; - Termômetro de água do motor; - Conta-giros; - Farol auxiliar; - Luzes de leitura para motorista e passageiros; - Protetor de cárter; - Tomada de força de 12V; - Estepe com a mesma medida das demais rodas(roda e pneu); - Estepe com sistema anti-furto; - Insulfilme.

Entende-se por veículo novo, aquele cujo primeiro registro e emplacamento ainda não tenha sido efetuado junto ao órgão executivo de trânsito competente. Todos os componentes do veículo devem ser originais da sua respectiva fabricante/montadora.

O primeiro emplacamento do veículo objeto deste Termo de Referência deverá ocorrer no Detran/MT na cidade de PORTO ESPERIDIÃO-MT, sendo a Contratada responsável por todos os custos decorrentes do referido emplacamento.

ITEM	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
01	01	AQUISIÇÃO DE UMA CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X2.	R\$: 168.890,00	R\$: 168.890,00

O preço da proposta deverá ser igual ao praticado no mercado. O que caracteriza economia e afasta qualquer cogitação de lesão ao erário, mantidas as condições preestabelecidas. Como segue dados descrito abaixo: VALOR DA MENOR PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA. CNPJ: 01.016.616/0004-66**, Endereço: Avenida Talhamares, 120, JD. MARAJOARA, CEP: 78205485 - CÁCERES-MT.

Valor total de: R\$: 168.890,00 (cento e sessenta e oito mil e oitocentos e noventa reais).

V. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

“Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é

obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

A empresa encontra-se regularmente em dias com as Certidões inclusive durante a vigência do contrato de verão estar em dias com as certidões conforme mencionadas e abaixo descritas.

- CND – INSS;
- CND-FGTS,
- CND DIVIDA TRABALHISTA
- CONTRATO SOCIAL
- DOC. DOS SÓCIOS

VI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Neste processo optou-se pela contratação da menor proposta apresentada pela empresa conforme descrito acima.

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da Secretaria de Agricultura, e serão empenhadas na dotação:

Secretaria	Dotação Orçamentaria
SECRETARIAS DE MUNICIPAL DE OBRAS	166 - 44.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente. Fonte: 0.1.500 - Recursos Ordinários
Proj. Ativ.: 1029 – Aquisição de Veículos Máquinas e Caminhão.	167 - 44.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente. Fonte: 5.1.701 – Outras transferências de Convenios dos Estados.

IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

No caso em tela, trata-se de um processo já publicado anteriormente por duas vezes onde não logramos êxito conforme segue anexos a este processo as referidas publicações em Diário Oficial, devidamente autuada com o procedimento administrativo 10/2022. A referida contratação em razão de processo ter sido fracassado as tentativas de licitar, amparado pela lei 8.666/93 que prevê o **Artigo 70 da Constituição Federal de 1988 e Artigo 24 Inciso V** da lei 8.666/93 – que menciona o seguinte: Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas; *verbis* Art. 24 incis (...).

A dispensa de licitação só pode ocorrer se, de forma justificada, o órgão comprovar que repetir a licitação traria prejuízos, ou seja, republicar o edital não seria benéfico para a Administração.

Além disso, devem ser mantidas todas as condições preestabelecidas, quais sejam, de habilitação e do objeto da licitação.

Neste caso, é possível que o órgão busque diretamente uma empresa e firme um contrato por meio de dispensa de licitação.

Trata-se, como se vê, de autorização legal para que, desde que observados os requisitos fixados no dispositivo, o gestor possa deixar de instaurar a licitação e contratar diretamente compras e serviços gerais para a Administração.

Ocorre que, se por um lado um dos requisitos de tal modalidade de dispensa é de natureza objetiva, de fácil percepção, porque se expressa no valor do contrato a ser firmado, de outro o intérprete se depara com um requisito de equacionamento complicado, de conteúdo aberto, dado que a lei não fixa adequadamente o que o venha a ser serviço ou compra que possa ser realizada de uma só vez, sendo esse, pois, o aspecto que se pretende discorrer no presente artigo.

Não constituir a despesa parcela de uma outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. a Comissão de licitação **DISPENSA** processo licitatório para **contratação de empresa especializada para fornecimento de uma CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X2 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.**

Dessa forma, submeto a apreciação da procuradoria jurídica a fim de emissão de parecer, aponte demais providências caso haja necessário e para que produza seus efeitos legais.

Porto Esperidião-MT, 07 de maio de 2022.

RONY BATISTA CARDOSO
PRESIDENTE DA CPL

TERMO DE REFERENCIA

1 - DO OBJETO E FINALIDADE

O REFERIDO PROCESSO TEM COMO OBJETO DESCRITO COMO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE UMA CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X2 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.

1 - Aquisição de uma caminhonete zero km tipo 4x4, segundo especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

Veículo automotor zero km tipo caminhonete 4x4 cabine dupla, combustível a diesel, câmbio automático, cor branca, pintura sólida, 04 portas (mais a carroceria traseira) incluindo o primeiro emplacamento.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS: - Veículo automotor zero km tipo caminhonete 4x4 cabine dupla, diesel, câmbio automático, 04 portas (mais a da carroceria traseira) com no mínimo 5 lugares (incluindo motorista e passageiros); - Fabricação Nacional / Mercosul; - Combustível diesel; - Tanque de combustível de no mínimo 70 litros; - Garantia de fábrica mínima 01 ano; - Tração traseira; - Mínimo de 170 CV; - Rodas liga leve com aro mínimo de 16"; - Caixa de câmbio automático de 06 (seis) marchas à frente; - Direção assistida; - Regulagem do volante, altura e profundidade; - Sistema ABS (antibloqueio de freios); - Airbags frontais; - Tapetes; - Banco do motorista com regulagem de encosto, distância, altura e os demais com regulagem de distância, inclinação do encosto; - Cintos de segurança de pré-tensionadores com três pontos; - Encosto de cabeça para todos os ocupantes, com ajuste de altura; - Cor branca - Pintura sólida; - Ano de fabricação/modelo no mínimo 2022/2022; - Carroceria com protetor de caçamba; - Capota marítima; - Estribo laterais; - Suspensão traseira com feixe de molas; - Controle de estabilidade; - Capacidade mínima de carga 1.000kg - Ar condicionado; - Controle elétrico dos vidros nas quatro portas; - Trava elétrica nas quatro portas; - Ajuste elétrico do retrovisor; - Kit multimídia completo com alto falantes e tweeter nas portas; - Termômetro de água do motor; - Conta-giros; - Farol auxiliar; - Luzes de leitura para motorista e passageiros; - Protetor de cárter; - Tomada de força de 12V; - Estepe com a mesma medida das demais rodas (roda e pneu); - Estepe com sistema anti-furto; - Insulfilme. Entende-se por veículo novo, aquele cujo primeiro registro e emplacamento ainda não tenha sido efetuado junto ao órgão executivo de trânsito competente. Todos os componentes do veículo devem ser originais da sua respectiva fabricante/montadora. **O primeiro emplacamento do veículo objeto deste Termo de Referência** deverá ocorrer no Detran/MT na cidade de PORTO ESPERIDIÃO-MT, sendo a Contratada responsável por todos os custos decorrentes do referido emplacamento.

DO VALOR ESTIMADO

PREÇO MÉDIO DE 192.900,00 (CENTO E NOVENTA E DOIS MIL E NOVECENTOS REAIS) PARA A AQUISIÇÃO DE (01) UMA UNIDADE, conforme descrição e condições deste termo.

A aquisição do bem acima elencado atenderá às necessidades da secretaria de OBRAS de Porto Esperidião-MT, com objetivo de atender as demandas das ações desenvolvida pela respectiva secretaria em função dos serviços prestados as Comunidades Rurais do Município.

RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os bens serão recebidos:

Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta;

Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2 CONTROLE DA EXECUÇÃO

A fiscalização da contratação será exercida por servidor designado por meio de Portaria o ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Porto Esperidião-MT, 07 de maio de 2022.

RONY BATISTA CARDOSO
Presidente da CPL

MINUTA DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, centro, CEP 78.240-000, na cidade de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.238.904/0001-48, neste ato legalmente representada pelo Prefeito Municipal SENHOR MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do RG nº _____ SSP/___ e do CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliada na cidade de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, que para os efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente PREFEITURA.

01.2 CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF _____, com sede localizada na _____, neste ato representada por _____, que para os efeitos deste instrumento denomina-se CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O fundamento legal da dispensa de licitação em de processo ter sido fracassado as tentativas de licitar, conforme prevista no artigo **Artigo 70 da Constituição Federal de 1988 e Artigo 24 Inciso V** da lei 8.666/93, que menciona o seguinte:

Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas; *verbis* Art. 24 incis (...).

A dispensa de licitação só pode ocorrer se, de forma justificada, o órgão comprovar que repetir a licitação traria prejuízos, ou seja, republicar o edital não seria benéfico para a Administração.

Além disso, devem ser mantidas todas as condições preestabelecidas, quais sejam, de habilitação e do objeto da licitação.

Neste caso, é possível que o órgão busque diretamente uma empresa e firme um contrato por meio de dispensa de licitação.

Trata-se, como se vê, de autorização legal para que, desde que observados os requisitos fixados no dispositivo, o gestor possa deixar de instaurar a licitação e contratar diretamente compras e serviços gerais para a Administração.

Ocorre que, se por um lado um dos requisitos de tal modalidade de dispensa é de natureza objetiva, de fácil percepção, porque se expressa no valor do contrato a ser firmado, de outro o intérprete se depara com um requisito de equacionamento complicado, de conteúdo aberto, dado que a lei não fixa adequadamente o que o venha a ser serviço ou compra que possa ser realizada de uma só vez, sendo esse, pois, o aspecto que se pretende discorrer no presente artigo.

Não constituir a despesa parcela de uma outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Como sinalado acima, o primeiro requisito não ostenta maiores dúvidas, posto ser de natureza objetiva, de fácil percepção. O contrato em tela reger-se-á com objetivo de disposto no **Art. 37**. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

O presente instrumento tem por finalidade a aquisição de uma caminhonete 4x2 para atender as necessidades da Secretaria de Obras. Deverá ser executado conforme especificações e condições expressas pela requerente.

O regime de execução do objeto deste contrato será de acordo com as necessidades da contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

Pela execução dos serviços objeto desta avença a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o Valor **total** de **até R\$: (xx), em parcela única**

Vigorarão para todo o período xx/05/2022, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis durante a execução do contrato.

Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução do objeto contratado.

O pagamento do preço pactuado será após a emissão das respectivas notas fiscais-faturas que, devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do objeto desta licitação, deverão ser pagas até o 30 dias contado da data da emissão das referidas notas fiscais-faturas.

O Imposto Sobre Serviços – ISS será retido pela Prefeitura Municipal de Porto Esperidião quando do pagamento da nota fiscal-fatura, na forma e condições definidas na legislação vigente aplicável.

As cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual, uma vez que haja modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na legislação federal, estadual ou municipal, fato que autorizará a respectiva correção, para mais ou menos, na medida em que a referida legislação reflita na composição dos preços, observando-se o disposto no artigo 65, “d” da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

05.1 Os serviços pactuados deverão ser executados pelo período de até 03 (três) meses contados da data estipulada no presente contrato, quando deverão ser entregues pela CONTRATADA à PREFEITURA, observando o disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/93.

05.2. O prazo de execução do presente contrato poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93. Desde que justificadamente e de interesse entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1 Para cobertura das despesas oriundas deste contrato serão utilizados os recursos constantes das dotações a seguir relacionadas, do orçamento vigente, suplementadas se necessário, a saber:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
SECRETARIAS DE MUNICIPAL DE OBRAS Proj. Ativ.: 1029 – Aquisição de Veículos Máquinas e Caminhão.	166 - 44.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente. Fonte: 0.1.500 - Recursos Ordinários 167 - 44.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente. Fonte: 5.1.701 - Outras transferências de Convenios dos Estados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Compete à PREFEITURA:

Cumprir com todas as responsabilidades firmadas no presente contrato;

Pagar, na forma avençada, a importância estipulada, oferecer à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato;

Fiscalizar a execução do fornecimento através de servidor público municipal, designado para o fim específico.

COMPETE À CONTRATADA:

Fornecer o objeto da presente avença de acordo com as melhores técnicas disponíveis, observando as regulamentações pertinentes, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução;

Promover a organização técnica e administrativa do objeto do contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa;

Responder por todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

08.1. Caberá rescisão deste instrumento, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização, seja de que espécie for, na hipótese de inobservância de qualquer cláusula ou condição deste contrato e/ou a ocorrência de qualquer um dos motivos capitulados no artigo 78, seus incisos e §§, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E MULTA

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a PREFEITURA aplicará à CONTRATADA, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação:

Multa correspondente à 15 % (quinze por cento) do valor global do contrato;

Suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos;

Declará-la inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que sejam ressarcidos todos os prejuízos resultantes e promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, e somente após transcorrido o prazo de eventual pena de suspensão temporária aplicada;

Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor do fornecimento com atraso, contado a partir do último dia do prazo definido no contrato administrativo, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

até o sétimo dia de atraso, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do ajuste não cumprido;

a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do ajuste não cumprido.

Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

Os dias de atraso de que trata este item serão contados a partir do primeiro dia útil posterior à data em que a obrigação deveria ter sido cumprida.

A aplicação das multas estabelecidas neste item não impede que o Município rescinda unilateralmente o ajuste /ou aplique as demais sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Este contrato fica sujeito às alterações previstas no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 As partes elegem o foro da comarca de Porto Esperidião, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam fazendo parte integrante do presente instrumento de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o e a proposta da CONTRATADA.

Este contrato está sob a égide da legislação civil, não gerando qualquer vínculo empregatício entre as partes e/ou pessoal envolvido na execução.

E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim e perante testemunhas.

Porto Esperidião - MT, ----- de ----- de 2022.

Martins Dias de Oliveira
- *Prefeito* -

Contratada

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx